

BOLETIM 489

Brasília, 9 de janeiro de 2018

Posse da ministra do Trabalho Cristiane Brasil ainda é dúvida

Cristiane Brasil, do PTB, não pode tomar posse como ministra do Trabalho. O juiz Leonardo da Costa Couceiro suspendeu a nomeação dela.

O clima é de expectativa no Palácio do Planalto, a posse da nova ministra do Trabalho, Cristiane Brasil, marcada para esta terça-feira, 09, está nas mãos da Justiça.

O salão nobre foi arrumado para a cerimônia **(foto)**, mas o compromisso não entrou na agenda do presidente.

Cristiane Brasil, do PTB, ainda não pode tomar posse como ministra do Trabalho. O juiz Leonardo da Costa Couceiro, da 4ª Vara Federal de Niterói, suspendeu a nomeação dela, depois de receber uma ação assinada por advogados trabalhistas.

Na decisão, o juiz disse que os fatos descritos para questionar a posse são graves e que houve flagrante "desrespeito à Constituição Federal no que se refere à moralidade administrativa, quando se pretende nomear para um cargo de tamanha magnitude, pessoa que já teria sido condenada em reclamações trabalhistas".



A Advocacia Geral da União recorreu da decisão alegando que o impedimento da posse gera "situação de grave lesão à ordem pública e à ordem administrativa, interferindo de maneira absolutamente sensível na separação de Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo"

E que: "Cabe somente ao presidente da República o juízo sobre quem deve ou não ser nomeado ministro de estado, especialmente porque não há qualquer impedimento legal no que tange à nomeação da deputada federal Cristiane Brasil".

Cristiane Brasil já respondeu a dois processos trabalhistas. Ela não assinou a carteira de trabalho de dois funcionários, que eram motoristas dela. Foi isso que motivou a ação para impedir a posse. Em um dos processos, Cristiane Brasil foi condenada a pagar R\$ 60 mil. No outro, foi feito um acordo e a indenização, de R\$ 14 mil, está sendo paga em 10 vezes.

Fonte: Rede Brasil Atual

ERRATA

Na edição de ontem, informamos, por equívoco, que a posse da ministra do Trabalho ocorreria nesta segunda (8), quando, na verdade, seria hoje (9), não fosse a decisão judicial que suspendeu a solenidade.



Produção industrial fica em 0,2% em novembro

A produção industrial brasileira mantém-se estagnada e no fundo do poço, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (05) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve, segundo o órgão, um ligeiro crescimento na produção da indústria, de 0,2%, em novembro em relação ao mês anterior, descontada a variação sazonal (aquela que é modificada pelas características próprias do período).

Só para se ter uma ideia da crise em que se encontra a indústria brasileira, se tomarmos o ano de 2012 como base e considerarmos sua produção média da indústria geral como 100, veremos que em 2017 esse índice atingiu meros 87,7 em novembro. Ou seja, uma queda de 12,3% no volume produzido. Se analisarmos por setores, veremos que a situação em alguns deles é dramática. O setor de bens de capital, que revela o grau de investimento que está sendo feito no setor produtivo, a variação é de 100 em 2012 para apenas 75,43 em novembro de 2017, uma queda de quase um quarto na produção.

Na área de bens intermediários, caiu de 100 em 2012 para 88,9 em novembro de 2017.



Nos dois setores de bens de consumo, os bens duráveis de um lado e os semi e não-duráveis de outro, a situação não é diferente. Nos duráveis caiu de 100 para 78,47 em novembro e nos semi e não-duráveis caiu de 100 para 92,4 no penúltimo mês de 2017.

A queda principal da produção industrial começou em meados de 2014 quando o governo reduziu os investimentos públicos para, segundo seu Ministro da Fazenda, Guido Mantega, “abrir espaço para a iniciativa privada”. O que se viu depois disso foi um desastre total na economia.

O programa de concessões do governo, que iria garantir os investimentos estrangeiros, foi um fiasco. A insistência em juros proibitivos acabou de afundar a economia. Depois disso, Temer segue na mesma direção e mantém o país no mesmo patamar.

Confira no gráfico acima. Note-se que a indústria de transformação, em verde no gráfico, é o setor mais afetado. A linha preta é o setor extrativo, voltado quase todo para a exportação e com um comportamento atípico. Quando o resto da indústria afunda e o país entra em recessão, a extração de minérios, e seu envio para o exterior, aumenta, jogando o Brasil na condição de mero exportador de matérias primas.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Meio milhão de brasileiros vendem comida nas ruas

Para enfrentar o desemprego que, segundo o IBGE, atinge 12,6 milhões de brasileiros, mais de meio milhão de pessoas estão vendendo comida nas ruas em busca do sustento de suas famílias.

A informação é de um levantamento do IBGE divulgado pela Folha de São Paulo, que apresenta uma escandalosa progressão no número de ambulantes de alimentação.

No terceiro trimestre do ano passado, uma legião de trabalhadores escapou da estatística do desemprego fazendo biscate nas ruas vendendo marmitas, lanches, doces, e etc. Em números precisos, os camelôs de alimentação saltaram de 253,7 mil no terceiro trimestre de 2016 para 501,3 mil no mesmo período de 2017.

Em 2015, quando o trabalho informal e por conta própria começava a ser uma opção para enfrentar o desemprego e a queda na renda, o patamar de brasileiros vendendo comida nas ruas estava em 100 mil. Ou seja, foi

precisamente a recessão, iniciada em junho de 2014, que forçou essa realidade.

Segundo critérios do próprio IBGE, trabalhadores informais – apesar de privados dos direitos trabalhistas básicos – são considerados ocupados, o que fez com que as estatísticas oficiais de desemprego diminuíssem durante os últimos meses do governo Temer. Leia aqui: “A criação de posto de trabalho formal em 2017 é zero”, diz IBGE

Aproximadamente 11% da geração de vagas de emprego informal no trimestre encerrado em outubro corresponde ao avanço do número de camelôs de comida.

Aos que discursam tentando apresentar o fenômeno como um crescimento do “empreendedorismo” no Brasil, os próprios trabalhadores submetidos a essas condições respondem o contrário. A maior parte perdeu o emprego e está há muito tempo na tentativa por uma vaga no trabalho formal.

A crise também garantiu algum crescimento do setor, por conta do aumento da demanda por alimentação mais barata, encontrada na rua.

O problema deste tipo de atividade é que, além de não refletir crescimento qualquer da economia – pelo contrário – mantém os trabalhadores sem qualquer estabilidade financeira, sem férias remuneradas, décimo terceiro salário, licença médica ou maternidade, limite de jornada, etc. Ou seja, sem qualquer direito e com baixíssima remuneração.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Temer inclui Eletrobrás no Plano de Desestatização

Michel Temer editou, no final de dezembro, a Medida Provisória 814/2017, que retira a proibição de privatização da Eletrobrás e suas subsidiárias. A MP também adia para 2018 o prazo para a União pagar a Eletrobrás por despesas com o abastecimento de energia na região Norte.

A lei anterior excluía a Eletrobrás e suas subsidiárias – Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) – do Programa Nacional de Desestatização.

Esta é a terceira medida provisória editada por Temer para possibilitar a venda da Eletrobras. Em junho de 2016 foi editada a MP 735, aprovada pelo Congresso e convertida na Lei 13.360/2016, que facilita a transferência do controle de ativos e as privatizações de distribuidoras da Eletrobrás.

Em agosto de 2017, o governo anunciou a intenção de privatizar a estatal, responsável por um terço da geração de energia no país. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o valor patrimonial da Eletrobrás é de R\$ 46,2 bilhões e o total de ativos da empresa soma R\$ 170,5 bilhões.

ASSEMBLEIA - A diretoria da Eletrobras convocou uma assembleia geral extraordinária para 8 de fevereiro, com o objetivo de votar a privatização de suas seis distribuidoras no Norte e Nordeste, associada à outorga de concessão pelo prazo de 30 anos.

O governo pretende vender até abril, as distribuidoras: Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia, Amazonas Distribuidora de Energia (Amazonas Energia), Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e Companhia Energética de Alagoas (Ceal).

De acordo com a proposta dos privatistas, a venda das seis distribuidoras será realizada pelo preço de R\$ 50 mil, pouco mais do que o valor de um carro usado. As elétricas foram avaliadas pelo BNDES em R\$ 10,2 bilhões.

Segundo o governo, no caso de não haver interesse pela compra das empresas, que fornecem energia para regiões mais distantes do país, elas poderão ser dissolvidas e liquidadas, ou seja, as concessões serão devolvidas para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para uma nova licitação da concessão. Ainda assim, a Eletrobras teria que assumir as dívidas.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Em culto, Meirelles prega reforma trabalhista e da Previdência

O ministro Henrique Meirelles (PSD-GO) compareceu em um culto da igreja evangélica Sara Nossa Terra, na periferia de Brasília. A igreja tem como líder o bispo Robson Rodovalho e teve como adepto por 20 anos o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O ministro da Fazenda de Temer foi apresentado pelo empresário Flávio Rocha, das lojas Riachuelo, como responsável pelo “maravilhoso milagre da economia brasileira”. “O Brasil está pedindo um liberal de cabo a rabo”, defensor do “Estado mínimo” na economia e valores conservadores.

Meirelles se dirigiu aos fiéis defendendo aprovação da lei trabalhista que suprime direitos dos trabalhadores e a reforma da Previdência, reivindicada pelo setor financeiro, para que “a família, que é o núcleo de toda a sociedade, possa estar mais saudável”. E afirmou que foi graças ao seu trabalho à frente da Fazenda que “saímos da maior crise da história do Brasil”.

Ele já havia participado, em julho do ano passado, da Convenção Geral das Assembleias de Deus. Igreja, aliás, para a qual Cunha migrou.

No ano passado, também participou da comemoração dos 106 anos da primeira Assembleia de Deus, em Belém, e comemorou os 85 anos do bispo Manoel Ferreira, da Assembleia de Deus Madureira, em Brasília. Em setembro, gravou um vídeo em que pedia orações pela economia. Atualmente, tem apenas 2% das intenções de voto, de acordo com pesquisas.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS